

O INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (IGHB) E OS DEBATES SOBRE A NAÇÃO E A RAÇA NO BRASIL

Geferson Santana¹
Rogério Barreto Santana²

Resumo

O presente artigo tem o intuito de refletir sobre a ideia de nação e as questões raciais que circularam entre os institutos históricos e geográficos do Brasil, especialmente o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB). Tivemos o cuidado de analisar as contribuições do naturalista alemão Karl Friedrich von Martius para escrever a *História do Brasil*, que teve como ponto de apoio a contribuição das chamadas “três raças” (índios, negros e portugueses) para o desenvolvimento da nação brasileira. Montamos um itinerário de leituras que nos permitisse realizar uma revisão historiográfica sobre o instituto histórico baiano, como para discutir os problemas de interpretação que encontramos em alguns autores contemporâneos, o que nos forçou a fazer um retorno ao texto “Como escrever a história do Brasil” de Martius para sustentarmos nossas interpretações sobre a fonte em questão.

Palavras-chave: História do Brasil. IGHB. Intelectuais. Nação. Questões raciais.

Recebido em 27 de novembro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de maio de 2018

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Correio eletrônico: santanageferson@gmail.com.

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Correio eletrônico: rogeriobsantana@hotmail.com

Os debates e embates sobre a questão racial no Brasil, do ponto de vista institucional, começaram a tomar corpo por meio dos intelectuais e relatos de viajantes estrangeiros que aqui vieram³. A investigação sobre as *raças*⁴ não significou uma mera tentativa de classificação dos tipos humanos, como foi utilizada enquanto justificativa para a mobilização e mediação das exigências políticas de grupos sociais⁵. Compreendeu vários tipos de intencionalidades, como a criação de hierarquia entre grupos étnico-raciais constituindo “um racismo perverso e desumano, genocida, às vezes, mas outras vezes condescendente e paternalista”⁶. A exploração de características biofísicas da espécie humana nos estudos sobre *tipologia e morfologia* humanas procurou, ao mesmo tempo, determinar uma “raça branca” forte e justificar as violências praticadas contra a população negra e mestiça do país⁷.

É comum encontrarmos discursos sobre as raças em instituições brasileiras como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁸, o Instituto Geográfico e Histórico da

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 11-12. Ainda sobre a questão racial no Brasil, Cf. ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945)**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2006; TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. **O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988; TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)**. São Paulo: Humanitas, 2008.

⁴ “O conceito de raça é definido como uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça é importante porque as pessoas classificam e tratam o ‘outro’ de acordo com as idéias socialmente aceitas. Referenda-se, aqui, a posição de Edward Telles: ‘o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas a raça continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas e, portanto, deve ser levada em conta nas análises sociológicas [e históricas]’”. TELLES, Edward apud DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 101, 2007; Ver igualmente GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 54, p. 149-150, 1999.

⁵ DOMINGUES, op. cit., p. 101-102.

⁶ GUIMARÃES, Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, p. 147-148; CHWARCZ, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).

⁷ Cf. GUIMARÃES, Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, p. 147.

⁸ A fundação do IHGB ocorreu em 1838, no Rio de Janeiro, sob a chancela da *Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional*. Simboliza o momento de consolidação do projeto de nação ou *identidade nacional* que se queria para o Brasil. Espaço marcado pelas tensões políticas⁸, sociais e pela concorrência entre os sócios pelas premiações de suas pesquisas, não podemos esquecer que no caso brasileiro, ao contrário da Europa, foram os institutos que ficaram responsáveis pela pintura *do retrato da nação* brasileira e não as universidades. Logo, o trajeto histórico do país foi usado como ferramenta de legitimação do *nacionalismo brasileiro*. Era necessário tal empreendimento, porque as elites dominantes “[...] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”. GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 6, 1988. Ver também: CAPONE, Stefania. Entre Yoruba et Bantou: L’influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines. **Cahiers d’études africaines**, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, v. 59, n. 157, p. 58, 2000. Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa cometem um pequeno erro de datas. Para eles, a fundação se deu em 1938, mas, na verdade se deu em 1838. Uma confusão de datas que em nada tira o mérito do trabalho. Cf. MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Denise Senise. **Liberdade versus igualdade: o mundo em desordem (1914-1945)**. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 327. Ainda sobre uma leitura interessante sobre a produção intelectual vinculada ao IHGB ver a interessante e recente dissertação de mestrado: SANTANA, Rogério Barreto. **Perdigão Malheiro; e a comparação histórica na crise da escravidão no Brasil, 1863-1871**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Bahia (IGHB) e em museus que foram espaços produtores de um saber acentuadamente evolucionista, católico, positivista e classificatório. Os museus nacionais atuaram na classificação de grupos étnico-raciais, porque “esmeraram-se em oferecer material, por exemplo, sobre o estágio infantil dos Botocudos; sobre ossaturas de povos existentes; crânios de grupos atrasados”⁹.

A tese *Sur les métis au Brésil*, de João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentada em julho de 1911 no *I Congresso Internacional das Raças*, representa os tipos de discursos que circulavam naqueles espaços. Com ela, afirmou que o “Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”¹⁰. Assegurou, ainda, o diretor do museu, que o país é formado por raças miscigenadas em transição, e alimentou o sonho de sermos um país branco¹¹.

Houve um procedimento de patenteamento pelo Estado brasileiro, de instituições como os institutos de pesquisas históricas e geográficas e os museus, com o intuito de construir um projeto de “*Nação brasileira*”, que garantisse ao Brasil uma identidade própria no contexto das demais nações. O projeto supracitado é uma continuação do processo de civilização, no qual “Nação”, “Estado” e “Coroa” aparecem na historiografia dos institutos históricos e geográficos como “unidade, civilização e progresso”, conforme o pensamento iluminista francês¹². Para a antropóloga Stefania Capone, o propósito dessa historiografia era a “mission était de repenser l'histoire brésilienne afin de consolider l'État national”¹³.

É inevitável pensarmos em um *projeto historiográfico brasileiro* e não fazermos referência à contribuição de Karl Friedrich von Martius, autor da tese “*Como escrever a história do Brasil*”¹⁴, premiada em 1847¹⁵ e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em janeiro de 1845¹⁶. O naturalista esforçava-se em criar um mito

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 18, p. 96, 1997.

¹⁰ SCHWARCZ, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930), p. 11-12;

¹¹ Ibidem, p. 12.

¹² GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 6.

¹³ CAPONE, Entre Yoruba et Bantou: L'influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines, p. 58.

¹⁴ Cf. MARTIUS, Karl Friedrich von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

¹⁵ GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 16. A partir da análise de Guimarães podemos dizer que a premiação do trabalho de Martius foi a legitimação do projeto de história que o IGHGB queria para o Brasil. Ibidem, p. 17; CAPONE, Entre Yoruba et Bantou: L'influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines, p. 58.

¹⁶ Chamamos atenção para o pequeno adendo de que Manuel Luis Lima Salgado Guimaraes fez uma confusão de data, ao afirmar que o texto tinha sido publicado em 1844. A mesma confusão de data foi feita por Schwarcz, ao afirmar que a publicação da tese de Martius na revista do instituto ocorreu em 1844, o que está longe de ser verdade. Devido a isso, tivemos que consultar o texto original na revista do IGHGB, conforme demonstraremos ao longo do capítulo. A publicação não se dá em 1945 como sugere Magnoli e Barbosa.

para a origem do Brasil¹⁷, tendo como princípio norteador a relação das três raças: branco, índio¹⁸ e negro¹⁹. Com Martius, começou a se consolidar um projeto de uma *História Pátria*²⁰ que ganhou fôlego com os estudos do final do século XIX e ao longo do século XX, no qual a “delimitação das fronteiras culturais e humanas da ‘nacionalidade’ se misturavam como um mesmo projeto de construção da nação”²¹.

Martius tinha consciência “de que seu esboço tinha a função política e pedagógica de contribuir para a criação de um mito nacional”²². Estava claro, para ele, a função de “realizar a idéia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do conhecido mito da democracia racial”²³. Stefania Capone corrobora nossa reflexão ao afirmar que “la mission du Brésil était de réaliser le mélange des races, sous la tutelle attentive de l’État : le mythe de la démocratie raciale venait de naître”²⁴. Martius, no entanto, não descartou o homem branco e seu papel de promotor da civilização, já que na “sua aquarela do Brasil, o lugar dirigente estava reservado aos portugueses, representantes da ‘raça europeia’”²⁵.

Cada uma das particularidades physicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento commum, quanto maior fôr a energia, numero e signidade da sociedade de cada uma d’essas raças. D’isso necessariamente se segue que o Portuguez, que, como descobridor, conquistador e Senhor, poderosamente influiu n’aquelle desenvolvimento; o Portuguez, que deu as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente; o Portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas tambem de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiographia-pragmatica, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população.²⁶

MAGNOLI; BARBOSA, op. cit., p. 328; GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 16.

¹⁷ MAGNOLI; BARBOSA, op. cit., p. 327.

¹⁸ Alguns intelectuais patenteados pelo IHGB como Francisco Adolfo de Varnhagen fez oposição a alguns romancistas que se propunham a desenhar o índio enquanto representante da nacionalidade brasileira. GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 21.

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O complexo de Zé Carioca: sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 3, 1994.

²⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça”, inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulci (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 273.

²¹ Idem.

²² MAGNOLI; BARBOSA, op. cit., p. 328.

²³ GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 16.

²⁴ CAPONE, Entre Yoruba et Bantou: L’influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines, p. 58.

²⁵ MAGNOLI; BARBOSA, op. cit., p. 328.

²⁶ MARTIUS, op. cit., p. 382.

O fragmento põe em destaque o papel das raças no processo de desenvolvimento da nação. Seu autor não apenas determinou como se deveria constituir uma *História do Brasil*, como aludiu sobre a função dos sujeitos, elevando o português à posição do “mais poderoso e essencial motor”²⁷. Mesmo situando o português como modelo do que entendia como *civilização superior*²⁸, Martius não desconsiderou os índios e negros como proeminentes na compreensão da história da nação²⁹. No fundo, não via as demais raças como ameaças porque o desenvolvimento da sociedade transformaria o “sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”³⁰. Ou seja, caberia ao sangue dos colonizadores eliminar as imperfeições das outras raças³¹.

As diretrizes de Martius se tornaram modelo vigente na maioria dos institutos históricos, contudo no IGHB as coisas tenderam a ser um pouco diferenciadas³². A entidade é oriunda de um trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo *Instituto Histórico da Bahia* (IHB), criado em 1856 por intelectuais e as elites políticas e econômicas de Salvador, como o pai de Castro Alves e Rui Barbosa³³.

Inicialmente, o instituto histórico baiano enfrentou dificuldades financeiras³⁴, pois não tinha o financiamento e a proteção do imperador D. Pedro II, considerado amigo das letras e dos esclarecidos³⁵. Acabou sobrevivendo apenas das contribuições de seus sócios, e com fechamento do primeiro instituto baiano, o segundo só seria fundado quase 40 anos depois³⁶.

²⁷ Idem.

²⁸ Ibidem, p. 389.

²⁹ Para Martius, os negros e índios tinham papel importante no processo de aprimoramento físico, moral e civil da população. Ibidem, p. 382-383.

³⁰ Ibidem, p.383.

³¹ Outras curiosidades são muito interessantes na tese de Martius. Nela, aponta que “o indígena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuir para a produção de mitos da nacionalidade”. Logo, o indígena merecia muita atenção, não apenas por questões históricas, mas especialmente pela *língua tupi* e a cultura. Por outro lado, o negro foi pouco pensado nas análises do alemão, tendência que segundo Manuel Luis Lima Salgado Guimarães, só iria consolidar-se nas escritas posteriores, por considerarem o negro como “fator de impedimento ao processo de civilização”. GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 17; Cf. MARTIUS, op. cit., p. 386-387.

³² SANTANA, Geferson. **O combate das ideias: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos na produção de um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937)**. 2017. 336 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

³³ Desde sua fundação manteve foco na perspectiva regional. Os associados entendiam ser importante compreender a *história da Bahia*, e sua relevância dentro do grande Império que se pretendia centralizado. As investigações ali desenvolvidas acabaram reforçando a importância da Bahia dentro do processo de descobrimento do território brasileiro. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 56-58, jun. 2011.

³⁴ Idem.

³⁵ GUIMARÃES, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 9 e 12.

³⁶ LEITE, op. cit., p. 58.

Esta casa é uma árvore de remotas raízes, amplas ramagens e inesgotáveis frutos. Fê-la medrar a própria alma da pátria que ha de tê-la imperecível. À sua sombra sentir-se-ão unidos, indissoluvelmente, o passado, o presente e o futuro. Templo votivo e tenda creadora, relicário de tradições e abrigo de esperanças, com ella se celebram os primeiros cem annos de emancipação e commemoram os feitos que asseguraram a independência do Brasil, consumada na e cimentada pelo sangue dos bahianos³⁷.

O texto acima consta na epígrafe de inauguração da *Casa da Bahia* (IGHB), ocorrida no dia 2 de julho de 1923, que teve cobertura da imprensa e intuito de ser o “ano destinado às comemorações da *Independência Nacional* na Bahia”³⁸. A nova sede foi fruto do estímulo das autoridades para criar a sede da Casa, que posteriormente seria renomeada de IGHB. Após seu fechamento em 1913 devido a um incêndio, a juventude, em especial os estudantes, foram importantes na sua reconstrução. Conta Ana Clara Farias Brito que “A participação ativa destes jovens estudantes, [...] evidencia mudanças que pretendiam ‘civilizar’ a Bahia”³⁹.

O IGHB não era simplesmente um espaço de memória, porque estava engajado nos debates sobre a ideia de raça e contribuiu para legitimar a hierarquia entre raças, tendo como ponto central a defesa de seus interesses políticos, entre eles o do “branqueamento” da população⁴⁰. Historicamente, no Brasil, a “política do branqueamento” remete às primeiras décadas do século XIX⁴¹, e o IGHB representa uma das instituições que mais apostaram nas alterações sobre a raça, para o qual a imigração europeia era apresentada como uma das soluções para o problema da presença de negros no estado.

Até final dos anos de 1920, a imprensa baiana foi uma das principais incentivadoras da imigração europeia, porque entendia ser peça capital para o “branqueamento” da população. A postura do Instituto representou, assim, os “claros interesses do imperialismo e do colonialismo contemporâneo”⁴², como, igualmente, das elites locais que temiam pelo destino dos brancos no mundo, posto que não estavam certas quanto a adaptação dos

³⁷ Ibidem, p. 55.

³⁸ BRITO, Ana Clara Farias. *Casa da Bahia: Memória de alguns baianos, o IGHB e as modificações urbanas da cidade de Salvador na Primeira República*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, julho, 2011, p. 3.

³⁹ “Nessa mobilização organizaram quermesses, partidas de futebol, concertos musicais, festivais de cinema, chás beneficentes e palestras para a arrecadação de dinheiro, que seria utilizado na reconstrução do IGHB”. Ibidem, p. 2.

⁴⁰ SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de consolidação constitucional (1894-1930)**. 2006. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

⁴¹ MAGNOLI; BARBOSA, op. cit., p. 320.

⁴² REIS, Meire Lúcia Alves dos. **A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana**. 2000. p. 46. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

colonos europeus nos trópicos. Dessa forma, a imigração era então compreendida como uma medida para eliminar os elementos culturais e sociais dos negros no país.

A imigração europeia esteve entre as preocupações dos membros do Instituto Histórico baiano. A fascinação pelos europeus não era apenas pela cultura ou língua, mas, de igual modo, pelo biotipo. Por isso, os europeus eram vistos como símbolo de civilização:

Desnecessário dizer o quanto a identificação da procedência exclusiva ou mesmo a predominância européia da população distanciava-se da realidade da composição étnica da sociedade. O parecer dos membros do IGHB foi, antes de qualquer coisa, uma negação à possibilidade de que a Bahia fosse representada, e assim vista, como um meio cuja população não estivesse a altura das expectativas e dos esforços empreendidos por outros estados da federação para se civilizar, para se europeizar, para se desafrikanizar. Logo, seu elemento característico não seria o índio, muito menos o caboclo (o mestiço transitório – e degenerado), seria o branco europeu, que punha a Bahia lado a lado com os principais centros do país.⁴³

Dito isso, caberia aos imigrantes a missão de eliminar os elementos africanos da população brasileira⁴⁴ e evitar um *Brasil Negro*⁴⁵. Em outro sentido, a miscigenação entre brasileiros e europeus estava ali arrolada como positiva, não só do ponto de visto biológico, como tecnológico, uma vez que os colonos trariam uma indústria mais desenvolvida para o país⁴⁶.

Não obstante, a imigração incomodava as autoridades pelo pouco sucesso alcançado. No Nordeste, as “ineficazes tentativas de colonização foram sem valor sob o ponto de vista étnico”, referindo-se claramente à expectativa (não atendida) de branqueamento da população⁴⁷. A imigração surgia como solução para o problema racial e aperfeiçoamento da raça⁴⁸.

⁴³ SILVA, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de consolidação constitucional (1894-1930), p. 179.

⁴⁴ Chama atenção Aldo Silva que a “Bahia estava longe de ser uma sociedade branca, urgia pensar e defender os meios para lhe conferir essa tão ansiada condição, e dentre todas as possibilidades a mais certa e viável era (sabia-se) exatamente a miscigenação. Ao contrário do que afirmava o parecer, portanto, a mestiçagem como fenômeno não era um problema, era necessária. Ela haveria de ser feita para produzir não o caboclo, e sim um novo tipo, mais branco, mais europeizado. Haveria de ser, enfim, uma mestiçagem positiva”. Ibidem, p. 180.

⁴⁵ TAKEUCHI, op. cit., p. 43.

⁴⁶ “Indubitavelmente, [...] o mais poderoso fator para a evolução da nossa indústria agrícola, por conter em si os germens não só da atividade inteligente como da evolução moral, [conseqüentemente] cumpri-nos promovê-la por meio de uma associação destinada a provocar pela propaganda a espontaneidade dessa imigração e facilitar por meios práticos a colonização dos imigrantes”. APEB. Sessão Colonial e Provincial. Série: Polícia do Porto. Maço 4.609. Atas da Sociedade Baiana de Imigração apud SILVA, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de consolidação constitucional (1894-1930), p. 182-183.

⁴⁷ Ibidem, p. 183.

⁴⁸ REIS, op. cit., p. 48-49; SILVA, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de consolidação constitucional (1894-1930), p. 59.

Toda essa dificuldade, porém, foi ampla e nitidamente percebida pelas mentes mais atentas do IGHB. Desse modo, ao mesmo tempo em que levantavam a bandeira da miscigenação positiva com e pela imigração européia, dedicaram-se a pensar tanto os meios para contornar as dificuldades que se apresentavam para sua efetiva implementação, como a considerar as alternativas possíveis a este elemento estrangeiro no processo civilizatório que se acreditava em andamento. Dessas medidas resultaram: a construção da imagem de uma Bahia de características européias e a concepção e defesa da estratégia do melhoramento racial pela integração de índios ao 'processo civilizador' nacional, bem como o desenvolvimento da idéia da viabilidade da civilização mestiça nacional.⁴⁹

Examinar os discursos dos institutos históricos brasileiros sobre as raças não é das tarefas mais fáceis. Quanto a isso, não obtivemos nenhum tipo de documento que permitisse entender uma posição clara da instituição, mas, por meio da historiografia, pudemos aferir que os discursos das instituições supracitadas estavam engajados no projeto político de construção da nação. Atine que ao longo da materialização deste projeto, as raças “não brancas” eram vistas como atrasos para o futuro nacional⁵⁰. O IGHB serviu como porta-voz das elites e comungava da ideia de miscigenação, mas nem todos os grupos acreditavam no benefício da mistura entre as raças, porque, se “dos indígenas pouco se espera, dos negros e mestiços menos ainda” se esperava⁵¹. Apesar do latente pessimismo de alguns membros das classes dirigentes, existiram esforços por parte de intelectuais do instituto para mudarem as convicções das elites⁵². Ilustraremos a reflexão acima por meio do artigo *Colonos, indígenas e escravos: os jesuítas e a catequese*, de autoria do professor Antonio Alexandre Borges dos Reis, associado do IGHB⁵³.

O autor expõe “uma visão sobre os povos indígenas e negros que, apesar de não negar o princípio da existência das raças humanas, ia de encontro aos pressupostos das teorias dominantes”⁵⁴. Ele abandonou o princípio da hierarquização e afirmação da “contribuição dos diferentes povos constituidores da nação brasileira”⁵⁵. Na visão do professor, não existiram prejuízos associados a presença negra⁵⁶. A mistura de raças criou

⁴⁹ Ibidem, p. 183-184.

⁵⁰ SANTANA, O combate das ideias: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos na produção de um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937), p. 253.

⁵¹ REIS, op. cit., p. 54.

⁵² Idem.

⁵³ Ver esse debate também em SANTANA, O combate das ideias: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos na produção de um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937).

⁵⁴ SILVA, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de consolidação constitucional (1894-1930), p. 173.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Ibidem, p. 173-174.

uma raça forte⁵⁷ e acabou “redimensionando, por assim dizer, a contribuição do elemento branco e índio, da tríade racial nacional”⁵⁸.

É inegável que sua visão foge da concepção romanceada que Martius e seus seguidores tinham do português, sobretudo quando afirmou que “[...] de fidalgos aventureiros e dissolutos, degradados, soldados marujos e, de envolta, alguns homens bons, constituíram-se os colonizadores portugueses”⁵⁹.

Arrancados violentamente do pátrio solo, e transportados, qual mercadoria, em infectos porões de navios, para estranha região onde a vida lhes vinha decorrer bem outra, jungidos ao eito, sob o azorrague do feitor, constituíram, entretanto, esses infelizes representantes da raça negra um fator poderoso de nossa nacionalidade, pela sua intensa proliferação. Raça igualmente vencida e subjugada, mas trabalhadora, valente e forte, prestou também à integração da pátria nova os mais valiosos serviços [...]. Para a raça forte que aludimos, para o tipo brasileiro do futuro, que se remodela, ela [a raça negra] levará as virtudes das raças puras e sans.⁶⁰

Sendo assim, pode-se dizer que o professor Reis foi de encontro às teorias vigentes defendidas pelo instituto. Contudo, alguns indícios nos permitem, ao mesmo tempo, concluir que algumas ponderações, quanto a isso, também podem ser feitas⁶¹. Em outras palavras, mesmo reconhecendo as atrocidades praticadas pelos portugueses contra os negros, disse que caberia aos portugueses preparar “pela absorção [de negros e índios], pela remodelação final, a raça forte que há de formar a hegemonia de nossa pátria na América Latina”⁶².

Mesmo que os portugueses, na aceção do professor, ainda fossem seres missionários do progresso e detentores do futuro da nação, os negros também apareceram como a raça que “levará as virtudes das raças puras e sans”⁶³. Parece que o pensamento do associado resultou, portanto, do esforço de mudança da convicção das elites sobre a questão ou “problema” sobre a raça no estado.

⁵⁷ Ibidem, p. 174.

⁵⁸ Ibidem, p. 173.

⁵⁹ Ibidem, p. 174.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ “Não há registros diretos de como tais idéias foram recebidas pelos membros do IGHB, uma vez que não há qualquer debate ou texto de contraponto claramente voltado a rebater as suas afirmações. É possível que esse ‘silêncio’ indique uma certa indiferença dos sócios do Instituto frente às idéias de Reis, o que o teria colocado em uma posição de isolamento ou, numa situação extrema, até mesmo de descrédito. Se tais posições foram tomadas, elas se deram não pelas idéias de Reis quanto à integração dos indígenas, no que se aproximava do próprio presidente, mas por sua intolerável defesa dos supostos atributos da raça negra, que os punha em pé de igualdade com portugueses (brancos) e índios”. Ibidem, p. 175.

⁶² Ibidem, p. 174.

⁶³ Idem.

Com isso, conclui-se que, apesar de todo empenho, o professor Reis ainda representa uma mudança pouco significativa no âmbito do tema até aqui discutido. As mudanças maiores ocorreriam, apenas, com a ascensão dos debates sobre o negro e sua cultura pelos estudos e produções de cunho científico-literário de intelectuais dos primeiros anos da década de 1930, onde Arthur Ramos é a figura de maior expressão⁶⁴.

⁶⁴ Sobre este debate Cf. SANTANA, O combate das ideias: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos na produção de um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937); CUNHA, op. cit.; GUIMARÃES, Raça e os estudos de relações raciais no Brasil; SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Genótipo e fenótipo: Qual “retrato do Brasil”? Raça, biologia, identidades e política na era da gemônica. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 83-120; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 63-82; SCHWARCZ, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).